



Número: **0014605-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|---|----------------|
| GENILDO JOSE FRANCISCO (AUTOR) | | GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU) | | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) | |
| MARCELA MENDONCA SILVA (PERITO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 77908939 | 31/03/2021 10:04 | Microsoft Word - 2721957_APELACAO | Petição em PDF |



EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE/PE - SEÇÃO B

PROCESSO: 0014605-16.2020.8.17.2001

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representadas, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **GENILDO JOSE FRANCISCO**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.ª, apresentar seu **RECURSO DE APELAÇÃO**, o que faz consubstanciado nas razões anexas, requerendo seu regular processamento e ulterior envio à Câmara Cível.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR - 31/03/2021 10:04:14
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21033110041487700000076325498>
Número do documento: 21033110041487700000076325498

PROCESSO ORIGINÁRIO DA 30ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE RECIFE / PE

Processo n.º 00146051620208172001

APELANTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A

APELADA: GENILDO JOSE FRANCISCO

RAZÕES DO RECURSO

COLEND A CÂMARA,

INCLÍTOS JULGADORES,

A sentença proferida no juízo “a quo” merece ser reformada, pois a matéria foi examinada em desconformidade com a legislação em vigor e as provas constantes dos autos e fundamentada em afronta as normas legais aplicáveis.

BREVE RELATO DOS FATOS

Cuida-se o feito de ação de cobrança de seguro DPVAT, em que o recorrido, alega na peça vestibular ter sofrido acidente de trânsito em 09/05/2019.

Aduz ainda, que, em razão do sinistro noticiado nos autos é portador de invalidez permanente, tendo se submetido a exame pericial.

Por fim, em razão da suposta invalidez adquirida, o recorrido, ajuizou a presente lide pleiteando verba indenizatória do Seguro DPVAT.

Entendeu o Nobre Juiz *a quo*, em acolher parcialmente o pedido inicial, ultrapassando todas as teses lançadas na defesa da Demandada, assim, julgou a lide parcialmente procedente, em desfavor da Recorrente, condenando-a a indenizar a parte Apelada, a título de seguro DPVAT, nos seguintes termos:

Ante o exposto, com arrimo no art. 487, I, do NCPC, extingo o presente processo com julgamento do mérito, julgando parcialmente procedente o pedido deduzido, para condenar a parte demandada no pagamento da indenização devida, no valor de **R\$ 1.687,50 (hum mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)**, corrigidos monetariamente desde a época do fato (STJ, AgRg no AREsp 46024 / PR), pela Tabela Encoge, e com a incidência de juros de mora (1%) a partir da citação (STJ. Súmula 426).

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



Data vênia, não houve com o habitual acerto o Ilustre Magistrado *a quo*, pois, conforme se passa a demonstrar, a r. Decisão não guarda sintonia com as questões de fato e de direito ventiladas nos autos.

DESCABIMENTO DE RENOVAÇÃO DE PLEITO INDENIZATÓRIO

LESÃO PREEXISTENTE

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Inicialmente, deve-se sopesar o fato da parte autora ter pleiteado judicialmente verba indenizatória DPVAT, cujo processo tramita na **20ª VARA CÍVEL DE RECIFE - PE**, sendo autuado sob o **nº. 0012353-11.2018.8.17.2001**, em virtude de acidente automobilístico ocorrido em 08/08/2017.

Por amor ao debate a Apelante traz à baila, em uma simples consulta em seus arquivos que a parte Apelada, já percebeu a indenização do seguro DPVAT em face de outro sinistro ocorrido em 08/08/2017, já tendo recebido da Seguradora administrativamente exatamente a quantia de **R\$ 2531,25 REFERENTE A 75% DO JOELHO ESQUERDO.**

Frisa-se que a parte apelante requereu o recebimento do Seguro Obrigatório DPVAT nos autos da ação administrativa em decorrência de **LESÃO NO MEMBRO INFERIOR ESQUERDO**, tendo a mesma recebido o valor de **R\$2.531,25, referente a 75% de lesão no joelho esquerdo.**

Cumpra informar que, após o recebimento em sede administrativa, a parte autora promoveu ação judicial em face da ré com o objetivo de receber complementação e que a mesma fora julgada parcialmente procedente, condenando a ré ao pagamento de **R\$2.193,75, referente a lesão de 50% no membro inferior esquerdo.**

A ação encontra-se em fase de julgamento da apelação interposta pela parte ré, conforme demonstram as cópias em anexo.

Assim, a presente demanda trata-se indenização securitária em decorrência de lesão preteritamente afetada, ou seja, o Apelado não pode pleitear verba indenizatória de membro com deformidade permanente preexistente!

Assim, é de grande importância este Egrégio Tribunal atentar-se que a parte Apelada já realizou pleito administrativo indenizatório DPVAT em virtude de invalidez permanente decorrente de acidente pretérito.

Não obstante a Apelada traz a colação jurisprudência pátria em caso análogo, como segue:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA SEGURO DPVAT. NEXO CAUSAL. NÃO COMPROVAÇÃO. LAUDOS DO IML E DO JUÍZO QUE APONTAM QUE A –LESÃO INCAPACITANTE É ANTERIOR AO ACIDENTE. RECURSO IMPROVIDO. Para que se configure o direito à verba indenizatória do Seguro DPVAT, faz-se necessário que o evento morte ou invalidez haja sido consequência do acidente automobilístico. Ao autor incumbe a comprovação (art. 333, I, CPC) do nexo de causalidade entre a invalidez apresentada e o acidente relatado. Embora não esteja o Juiz adstrito às conclusões do laudo pericial (art. 436 do CPC), deve este ser prestigiado quando inexistente nos autos elementos ou provas capazes de infirmar as assertivas nele lançadas. Concluindo a perícia que a invalidez apresentada é preexistente ao

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br



acidente e que restou ausente prova do seu agravamento, a improcedência do pedido se impõe. RECURSO IMPROVIDO.

(TJ-BA - APL: 00801731320118050001 BA 0080173-13.2011.8.05.0001, Relator: Maria do Socorro Barreto Santiago, Data de Julgamento: 18/02/2014, Terceira Câmara Cível, Data de Publicação: 19/02/2014)

Diante dos fatos aduzidos, resta evidenciado nos autos que a r. decisão, não fez a melhor justiça, data vênua, ferindo o princípio da razoabilidade, razão pela qual, a Apelante opõe o presente Recurso, com a finalidade de evitar a condenação injusta e infundada.

Equivoca-se a parte Autoral quando tenta fazer crer que faz *jus* ao recebimento a nova indenização em grau total, sem atentar-se que já recebeu conforme a Lei 11.945/2009 em que nos casos de invalidez permanente TOTAL a vítima receberá o montante de ATÉ R\$ 13.500,00, não existindo a possibilidade de receber 2 (DUAS) VEZES este valor alegando novo sinistro e nova lesão.

Portanto, não há qualquer valor a ser indenizado ao Apelado em relação ao sinistro noticiado nos autos, pois, se assim fizéssemos ESTAREMOS PAGANDO 2(DUAS) VEZES PARA UM SINISTRO DE INVALIDEZ, A PARTE APELADA MAIS DO QUE A LEI PREVÊ PARA PAGAMENTO POR MORTE POR EXEMPLO, para corroborar com o alegado.

Desta forma, requer a Apelante que seja a referida SENTENÇA REFORMADA *IN TOTUM*, a fim de que sejam julgados Improcedentes os pedidos da Apelada.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, e por tudo mais que dos autos consta, confia a Apelante no alto grau de eficiência desse Egrégio Tribunal de Justiça, a fim de que seja reformada a r. sentença proferida pelo MM. Juiz “*a quo*”, dando provimento ao presente recurso, para:

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

RECIFE, 22 de março de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/PE 4246

ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR
30225 - OAB/PE



SUBSTABELECIMENTO

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/CE 27.954-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o n.º 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado **ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELO JUNIOR**, inscrito na 30225 - OAB/PE os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **GENILDO JOSE FRANCISCO**, em curso perante a 30ª VARA CÍVEL da comarca de RECIFE, nos autos do Processo nº 00146051620208172001.

Rio de Janeiro, 22 de março de 2021.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PE 4246

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020
www.joaobarbosaadvass.com.br





31/03/2021

Número: **0014605-16.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção B da 30ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/03/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

| Partes | | Procurador/Terceiro vinculado | |
|---|--------------------|--|---|
| GENILDO JOSE FRANCISCO (AUTOR) | | GISELLE VALENCA DE MEDEIROS (ADVOGADO) | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A (REU) | | RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO (ADVOGADO) | |
| MARCELA MENDONCA SILVA (PERITO) | | | |
| Documentos | | | |
| Id. | Data da Assinatura | Documento | Tipo |
| 77908943 | 31/03/2021 10:04 | ANEXO 1 | Guias de Recolhimento / Deposito / Custas |

| | | | | | | |
|--|--|-----------------|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| BANCO DO BRASIL | | 001-9 | 00190.00009 03106.434008 00686.156175 1 85980000043017 | | | |
| Local Pagamento | | | | | Vencimento | |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento | | | | | 22/04/2021 | |
| Cedente | | | | | Agência / Código do Cedente | |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife | | | | | 3234 / 354800 | |
| Data do Documento | | Nº do documento | Espécie DOC | Aceite | Data Process. | Nosso Número |
| 23/03/2021 | | 686156 | DS | N | 23/03/2021 | 31064340000686156 |
| Uso do Banco | | Carteira | Espécie | Quantidade | xValor | (=) Valor do Documento |
| | | 17 | R\$ | | | R\$ 430,17 |
| Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. | | | | | | |
| Natureza da Ação: | | Nº do Processo: | 00146051620208172001 | Base de cálculo | R\$ 14.339,20 | (-) Desconto / Abatimento |
| Qtd | Descrição | | | Valor Unit. | Valor Total | (-) Outras Deduções |
| 1 | Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo | | | R\$ 143,39 | R\$ 143,39 | (+) Juros / Multa |
| 1 | Custas 2% sobre a base de cálculo | | | R\$ 286,78 | R\$ 286,78 | (-) Outros Acréscimos |
| | | | | | Total | R\$ 430,17 |
| | | | | | Tarifa Banco | R\$ 0,00 |
| | | | | | | R\$ 430,17 |
| Sacado | | | | | | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A / CNPJ 09248608000104 | | | | | | |
| Sacador / Avalista | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|-----------------|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| BANCO DO BRASIL | | 001-9 | 00190.00009 03106.434008 00686.156175 1 85980000043017 | | | |
| Local Pagamento | | | | | Vencimento | |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento | | | | | 22/04/2021 | |
| Cedente | | | | | Agência / Código do Cedente | |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife | | | | | 3234 / 354800 | |
| Data do Documento | | Nº do documento | Espécie DOC | Aceite | Data Process. | Nosso Número |
| 23/03/2021 | | 686156 | DS | N | 23/03/2021 | 31064340000686156 |
| Uso do Banco | | Carteira | Espécie | Quantidade | xValor | (=) Valor do Documento |
| | | 17 | R\$ | | | R\$ 430,17 |
| Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. | | | | | | |
| Natureza da Ação: | | Nº do Processo: | 00146051620208172001 | Base de cálculo | R\$ 14.339,20 | (-) Desconto / Abatimento |
| Qtd | Descrição | | | Valor Unit. | Valor Total | (-) Outras Deduções |
| 1 | Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo | | | R\$ 143,39 | R\$ 143,39 | (+) Juros / Multa |
| 1 | Custas 2% sobre a base de cálculo | | | R\$ 286,78 | R\$ 286,78 | (-) Outros Acréscimos |
| | | | | | Total | R\$ 430,17 |
| | | | | | Tarifa Banco | R\$ 0,00 |
| | | | | | | R\$ 430,17 |
| Sacado | | | | | | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A / CNPJ 09248608000104 | | | | | | |
| Sacador / Avalista | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|-----------------|--|-----------------|-----------------------------|---------------------------|
| BANCO DO BRASIL | | 001-9 | 00190.00009 03106.434008 00686.156175 1 85980000043017 | | | |
| Local Pagamento | | | | | Vencimento | |
| Pagável em qualquer banco até o vencimento | | | | | 22/04/2021 | |
| Cedente | | | | | Agência / Código do Cedente | |
| Tribunal de Justiça de Pernambuco / Processo Judicial Eletrônico - Recife | | | | | 3234 / 354800 | |
| Data do Documento | | Nº do documento | Espécie DOC | Aceite | Data Process. | Nosso Número |
| 23/03/2021 | | 686156 | DS | N | 23/03/2021 | 31064340000686156 |
| Uso do Banco | | Carteira | Espécie | Quantidade | xValor | (=) Valor do Documento |
| | | 17 | R\$ | | | R\$ 430,17 |
| Instruções - Sr. caixa, não receber após o vencimento. - O boleto pode demorar em torno de 1 hora e 30 minutos para ser reconhecido pelo banco para que assim você possa efetuar o pagamento. | | | | | | |
| Natureza da Ação: | | Nº do Processo: | 00146051620208172001 | Base de cálculo | R\$ 14.339,20 | (-) Desconto / Abatimento |
| Qtd | Descrição | | | Valor Unit. | Valor Total | (-) Outras Deduções |
| 1 | Taxa judiciária 1% sobre a base de cálculo | | | R\$ 143,39 | R\$ 143,39 | (+) Juros / Multa |
| 1 | Custas 2% sobre a base de cálculo | | | R\$ 286,78 | R\$ 286,78 | (-) Outros Acréscimos |
| | | | | | Total | R\$ 430,17 |
| | | | | | Tarifa Banco | R\$ 0,00 |
| | | | | | | R\$ 430,17 |
| Sacado | | | | | | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A / CNPJ 09248608000104 | | | | | | |
| Sacador / Avalista | | | | | | |

Autenticação Mecânica - Ficha de Compensação



Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 31/03/2021 10:04:15
<https://pje.tje.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21033110041501100000076325502>
Número do documento: 21033110041501100000076325502

| | | | | | |
|---|--|----------------------|--|-------------------------|----------------------|
| N° DA PARCELA | | DATA DO DEPÓSITO | | AGÊNCIA (PREF / DV) | N° DA CONTA JUDICIAL |
| | | 29/03/2021 | | 0 | 0 |
| DATA DA GUIA | | N° DO PROCESSO | | TIPO DE JUSTIÇA | |
| 29/03/2021 | | 00146051620208172001 | | ESTADUAL | |
| UF/COMARCA | | ORGÃO/VARA | | DEPOSITANTE | |
| PE | | Vara Cível | | RÉU | |
| NOME DO RÉU/IMPETRADO | | TIPO DE PESSOA | | VALOR DO DEPÓSITO (R\$) | |
| SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A | | Jurídica | | 430,17 | |
| NOME DO AUTOR / IMPETRANTE | | TIPO DE PESSOA | | CPF / CNPJ | |
| GENILDO JOSE FRANCISCO | | FÍSICA | | 09248608000104 | |
| AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA | | | | CPF / CNPJ | |
| 1D9D20A9463A018A | | | | 02355561494 | |
| CÓDIGO DE BARRAS | | | | | |
| 00190.00009 03106.434008 00686.156175 1 859800000043017 | | | | | |

